

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

ATA DA REUNIÃO DO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 10h, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico, sob a presidência Professora Denise Maria Guimarães Freire. Estavam presentes à Sessão a Superintendente Acadêmica de Pesquisa, Ariane Roder, o Superintendente Acadêmico de Pós-graduação Bruno Lourenço Diaz; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Alexandre Guedes Torres (CCMN), Benjamin Rache Salles (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Anieli Improta França (CLA), José Jairo Vieira (CFCH), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus (CCJE), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS) e Verônica Maria Araujo Calado (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato Rezende Ventura, Eliane Guedes, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho e Marina Bento Soares. A representante do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade, André Luiz Amorim da Costa e Roberto Guardatti Gambine Moreira. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. Os representantes do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley e Michelle Frazão Muzitano. Iniciou-se com o **Expediente. 1.1-** A Presidente deu as boas-vindas aos presentes, parabenizou os novos representantes do Centro de Tecnologia (CT), e informou que a homologação de suas nomeações pelo Conselho Universitário ocorreria em três de julho. Comunicou ainda que o mandato do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) foi prorrogado até o dia trinta e um de julho. Solicitou, então, a inversão da pauta para priorizar a discussão sobre a Minuta de Resolução referente ao cadastramento, no SIGA, de não integrantes do quadro ativo do Magistério Superior, para fins de registro de coordenação de disciplinas. A proposta de inversão de pauta foi aprovada por unanimidade. **1.2-** Na sequência, a Presidente apresentou os resultados das atividades do CEPG, em exposição elaborada por Adriene Campelo, Secretária Executiva do Conselho, parabenizando o colegiado pelo empenho ao longo da gestão e agradecendo a contribuição de todos. Destacou a relevância das decisões tomadas e a colaboração institucional prestada pelos conselheiros. Sem inscritos, passou-se a **Ordem do dia. 2.1-** *Discussão sobre a Minuta de Resolução sobre cadastramento no SIGA de não integrantes do quadro ativo do magistério superior para efeito de registro de Coordenação de disciplina- Professor Fabricio Leal.* O Conselheiro Fabrício Leal esclareceu que a proposta havia sido originalmente elaborada pela Assessora da CAAC Aleni Vieira, com apoio do Superintendente Bruno Diaz. Ressaltou que, na última reunião, houve sugestão de alteração na redação do artigo 4º, especificamente quanto à substituição da expressão "dar-se-á" por "será realizado". **2.1.1-** O Conselheiro João Sérgio manifestou-se contrário à natureza normativa da proposta, argumentando que se

40 tratava de matéria que caberia a uma Instrução Normativa (IN) e não a uma Resolução,
41 dado que não haveria inovação normativa. A seu ver, os dispositivos regulamentados já
42 estavam definidos em normativas anteriores e a proposta geraria redundâncias e
43 potenciais conflitos com resoluções vigentes. **2.1.2-** O Superintendente Bruno Diaz
44 rebateu, destacando que a Resolução era necessária para consolidar as regras de
45 cadastramento no SIGA, já que a alternativa via IN manteria a ambiguidade em relação
46 à Resolução 08/2008 do CONSUNI. Ressaltou que, embora a prática de inclusão de
47 docentes não pertencentes ao quadro do Magistério Superior já ocorra há 17 anos, faltava
48 uma normatização específica que desse suporte adequado ao registro dessas atividades
49 no sistema institucional. **2.1.3-** Seguiram-se diversas contribuições dos conselheiros. A
50 Conselheira Juliana Beatriz propôs ajustar a redação do caput inicial, considerando as
51 diferentes modalidades de carreiras docentes federais. **2.1.4-** O Conselheiro João Sérgio
52 reiterou suas críticas ao texto, especialmente aos artigos 3º e 5º, e destacou que a
53 proposta misturava situações distintas ao tratar de servidores técnico-administrativos
54 (T.A.) e de docentes externos. Defendeu que a matéria deveria ser restringida aos T.A.,
55 já que o problema se originava de demandas dessa categoria, conforme parecer da
56 Procuradoria Federal. **2.1.5-** O Conselheiro Fabrício Leal contrapôs, indicando que a
57 proposta se destinava também a resolver dificuldades enfrentadas por docentes de outras
58 instituições federais, como a Fiocruz, que atuam em programas de pós-graduação da
59 UFRJ sem possibilidade de cadastro adequado no SIGA. Argumentou que a Resolução
60 deveria ter escopo amplo, abarcando diferentes situações que envolvem docentes não
61 pertencentes ao quadro efetivo da universidade. **2.1.6-** O Conselheiro Renato Ventura,
62 representante da CCDP, reforçou a necessidade de distinção entre a figura do Colaborador
63 Voluntário prevista na Resolução 08/2008 do CONSUNI e a nova figura que se pretendia
64 regulamentar, relativa a docentes externos com vinculação específica às atividades de
65 pós-graduação. **2.1.7-** A Conselheira Ethel Pinheiro manifestou-se favorável à
66 abordagem ampla da Resolução, salientando que a normatização clara favoreceria os
67 programas de pós-graduação, facilitando o credenciamento de profissionais qualificados.
68 Ressaltou a importância de reconhecer formalmente os docentes externos que colaboram
69 com a universidade, com vistas a fortalecer a gestão acadêmica e administrativa. **2.1.8-**
70 Em meio às discussões, surgiram questões sobre a permanência ou retirada de
71 determinados dispositivos do texto. Votou-se pela permanência do artigo 3º, com
72 aprovação de redação alternativa que incorporasse sugestões dos conselheiros. O artigo
73 4º foi aprovado com supressão do segundo parágrafo, considerado redundante. Quanto
74 ao artigo 5º, que estabelecia validade de três anos para o cadastramento, deliberou-se
75 pela manutenção do dispositivo, com ressalvas quanto à aplicação a servidores da ativa
76 com SIAPE próprio. Propostas de distinção entre docentes externos e servidores técnico-
77 administrativos foram debatidas, mas prevaleceu a ideia de uniformização do
78 procedimento de cadastramento. **2.1.9-** O artigo 6º, que tratava de questões técnicas
79 relacionadas ao SIAPE e sua interface com o SIGA, também foi mantido, apesar das
80 ressalvas apresentadas pelo Conselheiro João Sérgio sobre eventuais impactos nos
81 sistemas de informação da universidade. Por fim, a proposta de aprovação da Minuta
82 como Resolução (e não como Instrução Normativa) foi votada e aprovada, com apenas
83 uma manifestação contrária. **2.1.10-** Submetido o texto final à apreciação do plenário,
84 a Resolução foi aprovada com uma abstenção. **2.1.11-** Em seguida, a Presidente Denise
85 Freire retirou o ponto de pauta referente à Resolução 01/2006 e apresentou o novo Pró-
86 Reitor, professor João Torres, e o novo Superintendente, Felipe Rosa, parabenizando-os
87 pelas nomeações. Ambos agradeceram as boas-vindas e manifestaram entusiasmo em
88 colaborar com os trabalhos do Conselho. **2.1.12-** Encerrada a votação e a aprovação da
89 Resolução, a Presidente agradeceu a todos os conselheiros pela participação ativa no

debate e pelo comprometimento com a qualidade da pós-graduação da UFRJ. Destacou que a discussão travada naquela sessão refletia a importância do CEPG como instância colegiada de deliberação e de formulação de diretrizes para o sistema de pós-graduação da universidade, especialmente diante de temas sensíveis e que envolvem a inclusão de diferentes perfis profissionais no corpo docente dos programas. **2.1.13-** A Conselheira Ethel Pinheiro agradeceu a oportunidade de debater de forma profunda e respeitosa e registrou a relevância da Resolução aprovada, salientando que ela representava um marco regulatório importante para a consolidação de boas práticas nos registros acadêmicos e para a valorização das parcerias institucionais da UFRJ com outras instituições de ensino e pesquisa. **2.1.14-** A Conselheira Juliana Beatriz também agradeceu o acolhimento de suas sugestões e reforçou a importância de um olhar inclusivo e claro nas normativas do CEPG, especialmente no que tange às funções exercidas por servidores da UFRJ que se dedicam à docência na pós-graduação. **2.1.15-** O Conselheiro João Sérgio, apesar de manter ressalvas a certos aspectos da Resolução, reconheceu o espaço aberto ao debate e agradeceu o acolhimento respeitoso de sua opinião. Destacou a importância de manter um diálogo construtivo entre os diferentes segmentos representados no Conselho e reforçou que sua atuação buscava zelar pela clareza normativa e pela adequação técnica das decisões aprovadas. **2.1.16-** O Superintendente Bruno Diaz agradeceu a contribuição de todos, enfatizando que a PR2 e suas superintendências estavam à disposição para colaborar com os programas de pós-graduação na implementação das novas diretrizes, destacando o papel fundamental da Divisão de Ensino na operacionalização do cadastramento dos docentes. Parabenizou a Secretaria Executiva do CEPG pela qualidade da sistematização e da apresentação dos resultados da gestão. **2.1.17-** A Presidente Denise Freire, antes de encerrar a Sessão, fez um breve balanço da atuação do Conselho no primeiro semestre de 2023, destacando os avanços em diversas frentes, como as resoluções de APCN, as revisões normativas de regulamentos de cursos, o enfrentamento de problemas históricos dos programas e a colaboração ativa com a PR-2 na definição de diretrizes institucionais para a pós-graduação. Agradeceu aos conselheiros pela dedicação e pelo comprometimento, reiterando que o CEPG era um espaço de construção coletiva e de defesa da excelência acadêmica. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada às doze horas e quarenta e nove minutos. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária Executiva do Conselho de Ensino para Graduados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria Guimarães Freire, após aprovação pelo plenário.

Adriene Campelo do Amaral
Secretária

Denise Maria Guimarães Freire
Presidente